O dilema da educação na América Latina: submeter-se aos sindicatos de professores ou inspirar-se nos campeões mundiais de excelência educativa?

15/06/2011 - 09:07

Polan Lacki

Juan Manuel Zepeda del Valle

Nos países da America Latina existe um crescente consenso de que a baixa qualidade da educação é a principal causa dos nossos problemas e fracassos pessoais, familiares, profissionais, empresariais, governamentais, etc. Direta ou indiretamente, todos estamos sendo afetados pelas debilidades e ineficiências do nosso anacrônico sistema de educação. Entretanto, como sempre acontece, são as grandes massas de pobres as que estão pagando as consequências mais imediatas da insuficiência e inadequação do que lhes ensinaram, ou deixaram de ensinar, seus pais e/ou seus professores. Devido a esta debilidade educativa os pobres vivem permanentemente ameaçados e/ou afetados por desgraças que estão muito próximas aos seus núcleos familiares: subemprego, desemprego, desnutrição, doenças, “favelização”, conflitos familiares, violência, criminalidade, alcoolismo, consumo e tráfico de drogas, etc. Os governos tentam, mas não conseguem, eliminar e nem reduzir estes sofrimentos humanos porque cometem o grave erro de fazê-lo através de efêmeras e excludentes medidas paternalismo-demagógicas; em vez de eliminar a causa das causas que origina e alimenta o nosso subdesenvolvimento: a insuficiência e/ou inadequação dos conhecimentos, das habilidades/aptidões, das atitudes, dos valores e dos princípios éticos que, no momento oportuno, as instituições educativas não lhes proporcionaram.

Necessitamos de uma nova educação que “dês-ensine” e ensine

Nosso sistema de educação ainda não está cumprindo a sua principal função que consiste em

desenvolver as potencialidades latentes das crianças e jovens para que eles sejam menos vulneráveis às desgraças recém mencionadas e mais auto-dependentes na solução dos seus principais problemas cotidianos. Desenvolver estas potencialidades é uma tarefa que a educação escolarizada simplesmente não tem a quem delegar e, consequentemente, deve assumi-la imediatamente, pois se ela não o fizer ninguém o fará. Entre outras, pela elementar razão de que a grande maioria dos pais e mães de família, infelizmente, não está em condições de ensinar aos seus filhos aquilo que a esses mesmos pais ninguém lhes ensinou. É por este importante motivo que o sistema escolar, além de melhorar o ensino dos conteúdos do currículo convencional, deve assumir duas novas atribuições: “dês-ensinar”/corrigir os ensinamentos equivocados que, desde a mais tenra idade, as crianças aprenderam com os seus pais, com os seus vizinhos e através dos perniciosos e destrutivos programas de televisão; e reforçar o componente de atitudes, princípios e valores que a maioria dos pais não teve condições de proporcionar aos seus filhos.

A maioria dos pais de família, conscientes de que, na era do conhecimento, é necessário estudar cada vez mais, faz um grande esforço para que seus filhos concluam a educação fundamental e, se for possível, a de nível médio. No entanto, quando os jovens atingem tal escolaridade e, cheios de esperanças, procuram o seu primeiro emprego surge a grande decepção. Os conhecimentos (insuficientes, disfuncionais, descontextualizados, fragmentados, teóricos e abstratos) que a escola lhes proporcionou, não são aqueles que os potenciais empregadores necessitam encontrar em um bom funcionário. O mercado de trabalho os rechaça porque as escolas não lhes proporcionaram os conhecimentos, tampouco as aptidões e muito menos as atitudes, os valores e os princípios éticos que são necessários para ter um desempenho mais responsável, eficiente e produtivo no trabalho. Diante desta realidade cabe perguntar: para que serviu aumentar as despesas e os esforços, dos governos e dos pais de família, para que os alunos pudessem frequentar a escola durante 9 ou 12 anos? Definitivamente, não podemos continuar iludindo-nos de que estamos educando os alunos para os desafios do presente e do futuro. Sem perda de tempo, necessitamos fazer algo radicalmente diferente do que temos feito até agora.

Por onde iniciar: pela reforma ideal ou pela reforma possível?

Uma reforma educativa viável e eficaz, não necessariamente deverá iniciar nos gabinetes dos ministros da fazenda e de educação aos quais sempre estamos reivindicando altas decisões políticas e recursos adicionais para o sistema educativo. Ela deverá iniciar nas duas fontes que estão originando a baixa qualidade da nossa educação e, como consequência, impedindo o florescimento das extraordinárias potencialidades de desenvolvimento existentes em nossos países. A primeira fonte está instalada nas faculdades de educação e/ou pedagogia que formam os futuros professores; a segunda, que é consequência direta da primeira, está alojada nas escolas fundamentais. Nestas duas instituições, de extraordinária importância estratégica

para o desenvolvimento de cada nação, paradoxalmente, está funcionando o gerador inicial das gravíssimas debilidades e distorções do nosso sistema educativo; e, consequentemente, nelas deverá iniciar a gradual, porém imediata, reconstrução da nossa semi-destruída educação. As melhorias na educação secundária e terciária virão, em boa medida, como consequência do efeito irradiador, das duas reformas prioritárias recém propostas

Se é tão imprescindível e urgente melhorar a nossa educação, por que não o fazemos?

Entre outros, pelos seguintes obstáculos que, embora sistematicamente subestimados, têm uma altíssima incidência na baixa qualidade da nossa educação. Vários deles poderiam ser evitados e/ou eliminados pelos próprios professores e diretores das unidades escolares:

1º Obstáculo. Os posicionamentos dos líderes sindicais dos professores que estão confundindo as autoridades, os meios de comunicação e a opinião pública, ao apresentar ruidosas reivindicações dos seus interesses corporativos (decisões políticas mais generosas em termos de salários, jornadas de trabalho, estabilidade no emprego, aposentadorias precoces, tolerância com o elevado absenteísmo dos docentes, etc.). Apresentam tais reivindicações de interesse corporativo, como se fossem requisitos imprescindíveis para que os professores corrijam suas ineficiências e melhorem o seu desempenho docente. Com tal procedimento, durante décadas e mais décadas, os sindicalistas se mantêm numa cômoda postura de "condicionar" o melhoramento do desempenho docente a que os governos satisfaçam suas reivindicações recém mencionadas. Os líderes sindicais subestimam e depreciam os seus representados ao não reconhecer que em muitos casos, os próprios professores e diretores das escolas poderiam corrigir as suas principais e mais freqüentes debilidades e ineficiências; inclusive praticando o auto-estudo através das extraordinárias facilidades e oportunidades proporcionadas pela Internet, já disponíveis em um crescente número de escolas. Porque as medidas corretivas mais urgentes para melhorar a péssima qualidade da nossa educação, não necessariamente requerem de altas decisões governamentais nem de uma expressiva alocação de recursos adicionais aos que já estão disponíveis em muitas instituições educativas; embora tais apoios externos sejam sempre desejados e bem vindos.

A educação necessita de professores excelentes e não tanto de sindicalistas eloquentes

Ao serem demandados a melhorar a qualidade da educação os líderes sindicais argumentam que não podem fazê-lo pelas seguintes razões: que o investimento público em educação é insuficiente (como percentual do PIB), que os salários são muito baixos com a consequente

necessidade de terem que trabalhar em vários turnos e em várias escolas distantes umas das outras, que faltam laboratórios, bibliotecas e computadores, que existe excesso de alunos em cada sala de aula, que eles não têm oportunidades de fazer cursos de pós-graduação no exterior e que os alunos chegam às escolas muito mal educados pelos seus pais. Em relação a esta última justificativa, é necessário não esquecer que os alunos chegam às escolas mal-educados, principalmente porque aos seus pais a escola que freqüentaram tampouco lhes ensinou a serem bem educados. Evidentemente que está fora de discussão que algumas destas dificuldades/adversidades mencionadas pelos sindicalistas existem e necessitam ser corrigidas e/ou eliminadas pelos governos. No entanto, elas estão muito longe de serem as principais causadoras da disfuncionalidade, descontextualização e baixíssima qualidade da nossa educação.

Se essas reivindicações dos sindicatos fossem as verdadeiras causas, caberiam as seguintes perguntas:

a) Por que em muitas escolas nas quais essas adversidades/restrições já foram eliminadas ou atenuadas, a educação continua sendo de baixa qualidade?

b) Por que nos vários países latino-americanos nos quais os governos fizeram e continuam fazendo elevados e crescentes investimentos no sistema de educação e incrementaram os salários dos professores (Brasil, México, Chile, Colômbia, etc.), não houve melhorias qualitativas no desempenho dos docentes nem na aprendizagem dos alunos?

Reiterados estudos realizados por instituições sérias, nacionais e internacionais (Sugere-se ler o Informe McKinsey - “Cómo hicieron los sistemas educativos con mejor desempeño del mundo para alcanzar sus objetivos”: http://www.eduteka.org/pdfdir/McKENSEY_InformeReformaEducativa.pdf), têm demonstrado que essas supostas causas indicadas pelos líderes sindicais não têm maior incidência na qualidade da educação; e por esta razão as desculpas dos sindicalistas não resistem a uma argumentação séria. Vários estudos também têm demonstrado que existem outras causas, muito mais importantes que as alegadas pelos sindicalistas, cuja eliminação produziria um extraordinário impacto no melhoramento da qualidade da educação. Entre estas outras causas, quase todas elas passam pela necessidade de melhorar dramaticamente a formação, capacitação, supervisão/avaliação e a motivação dos docentes e pela necessidade de selecionar e nomear competentes e exigentes diretores nas escolas. Cumpridos tais requisitos muitas das causas reais da baixa qualidade educativa poderiam ser evitadas, corrigidas ou eliminadas pelos próprios professores e diretores das escolas, independentemente do que façam ou deixem de fazer as altas autoridades educativas nacionais. É na inadequada

formação, capacitação e supervisão dos docentes e diretores que se originam as profundas debilidades do sistema de educação. Por este motivo é nos docentes e com os docentes, fundamentalmente dentro das salas de aula e das respectivas escolas, que podemos e devemos priorizar e concentrar os esforços em prol do melhoramento da educação. Fazê-lo, pragmaticamente, de baixo para cima e de dentro para fora das escolas, em vez de continuar esperando que as soluções venham de fora para dentro e de cima para baixo É no desenvolvimento das competências e desempenhos dos professores e diretores, e não necessariamente nas altas decisões políticas nem no modernismo das instalações físicas das escolas, que é necessário fazer um investimento inteligente, pragmático e prioritário para que eles tenham um melhor desempenho dentro das salas de aula e das escolas. Em resumo, pressões sindicais baseadas em diagnósticos que não interpretam o pensamento dos bons professores estão induzindo os governos a desperdiçar os escassos recursos públicos em "prioridades" corporativas, que não necessariamente são sinônimos de prioridades educativas. É por esta razão que os governos estão gastando cada vez mais em educação porém não estão educando cada vez melhor. Em vez de continuar dando ouvidos a esses sindicalistas, nossas autoridades educativas e os nossos professores e diretores deveriam analisar, inclusive via Internet, o que foi que fizeram e continuam fazendo as escolas de Shangai (China), Singapura, Coréia do Sul, Finlândia e Hong Kong, países/estados que nas décadas de 1950 e 1960 eram pobres e até paupérrimos, cujos alunos obtiveram os primeiros cinco lugares entre os 67 países que participaram do último exame PISA-OCDE realizado no ano 2009. Enquanto que, na nossa "triunfalista" e mal educada América Latina, Chile, Uruguai, México, Colômbia, Brasil, Argentina, Panamá e Peru ocuparam, respectivamente, os lugares de números 45, 48, 49, 53, 54, 58, 63 e 64 entre os 67 países participantes. A humildade e o bom senso recomendam que nos inspiremos naquilo que, com tanto êxito, fizeram e continuam fazendo os campeões mundiais em matéria de excelência educativa.

Formar professores críticos ou autocríticos?

2º Obstáculo. A péssima formação que as faculdades de educação/pedagogia estão proporcionando aos futuros professores (disfuncional, descontextualizada, excessivamente teórica e abstrata, politizada e "ideologizada"). Em muitas delas se insiste em repetir o chavão de que sua principal função é formar professores conscientes e críticos (mas isto na prática tem sido sinônimo de criticar os próprios governos, os países ricos e desenvolvidos, a globalização e o neoliberalismo, o FMI e o Banco Mundial; sempre atribuindo aos outros, e nunca à nossa péssima educação, a culpa pelo nosso subdesenvolvimento). Em vez de assumir a responsabilidade de melhorar a nossa educação formando professores competentes que, na era do conhecimento, possam atuar como os mais eficazes agentes de desenvolvimento de cada país. Evidentemente que é necessário que as faculdades de educação/pedagogia formem professores conscientes e críticos das injustiças e desigualdades sociais imperantes em nossos países. No entanto, muito mais prioritário e construtivo será formar futuros professores autocríticos que analisem as profundas disfuncionalidades e ineficiências do nosso sistema educativo; e que durante o seu período de formação

universitária adquiram a capacidade, a motivação e o compromisso de corrigir, eles mesmos, aquelas debilidades das instituições educativas que podem e devem ser corrigidas pelos próprios professores. Porque grande parte destas desigualdades e injustiças sociais se deve coincidentemente à disfuncional e inadequada formação que eles receberam nas escolas que frequentaram. Adicionalmente estas faculdades de educação/pedagogia mantêm os alunos durante 4 ou 5 anos encerrados nas salas de aula; com mínimo ou nulo contato/consulta com os clientes/usuários/beneficiários do seu futuro exercício profissional como docentes. Com tal isolamento, os professores destas faculdades estão formando os futuros educadores através de excessivas e tediosas aulas discursivas. Em vez de levá-los a conhecer a dura realidade cotidiana na qual vivem os pobres (nos hospitais públicos, nas filas de desempregados, nas filas do SUS e do INSS, nos serviços de recuperação de drogados, etc.) para que constatem que, em grande parte, tal realidade poderia e deveria ser evitada através de uma educação de boa qualidade. Em muitas faculdades de educação/pedagogia se ocupa demasiado tempo em teorizar elucubrações e abstrações (sobre os aspectos filosóficos, sociológicos, históricos e antropológicos da educação, as teorias de Jean Piaget, Liev Vigotski e Paulo Freire, etc.); em vez de ensinar-lhes aquilo que é verdadeiramente medular e prioritário: como outorgar aos futuros professores uma formação mais utilitária, eclética, funcional, prática e pragmática de modo que, imediatamente depois de formados, saibam na teoria e especialmente na prática:

- em primeiríssimo lugar, ensinar às crianças e jovens as atitudes, comportamentos, princípios e valores para que tenham uma convivência de disciplina, cordialidade, respeito e solidariedade/cooperação na escola, no lar, na comunidade e futuramente no trabalho;

- como levantar o ego, a auto-estima e a autoconfiança das crianças e jovens para que adquiram a vontade de progredir na vida através do seu próprio e eficiente esforço;

- como ensinar aos seus futuros alunos através de práticas docentes mais eficientes para obter melhores rendimentos educativos;

- como preparar e apresentar aulas estimulantes e produtivas que despertem a atenção, a curiosidade e a criatividade dos seus futuros alunos; como estimular o hábito da leitura e do auto-estudo.

- como estimular nos alunos a adoção de "boas práticas" de comportamentos para manter a disciplina nas salas de aula;

- como preparar e avaliar deveres de casa, que estimulem e fortaleçam a dedicação aos estudos;

- como estabelecer um relacionamento de cooperação com os pais e mães dos alunos e com suas comunidades;

- como melhorar as atitudes e procedimentos cotidianos dos professores, funcionários e alunos de cada escola, com o objetivo de que os seus bons comportamentos atuem como uma espécie de currículo oculto ou invisível e sirvam como exemplos a serem internalizados e adotados pelos futuros professores.

Durante o período de formação as faculdades de educação/pedagogia deveriam exigir que seus alunos executem/realizem na prática o que estão aprendendo na teoria; e que pratiquem o que lhes é ensinado, tantas vezes quantas sejam necessárias, até que aprendam a fazê-lo com perfeição, desde a primeira vez. É durante o período de formação, e não depois de egressar e fracassar como docentes, que deverão adquirir as competências necessárias para ter um bom desempenho docente e, como consequência, melhorar o rendimento na aprendizagem de seus futuros alunos. Estas práticas deverão ser supervisionadas e avaliadas pelos professores das faculdades e, sempre que seja necessário, deverão ser imediatamente corrigidas, in situ, pelos próprios alunos, sob a supervisão dos docentes.

Nas debilidades e disfuncionalidades de formação dos futuros professores, reside uma importantíssima, embora subestimada e até ignorada, causa da pobreza e do subdesenvolvimento da América Latina. Os primeiros reflexos dessa débil formação começam a manifestar-se nas escolas fundamentais. Imediatamente depois, em virtude do "efeito cascata" desse débil início, provocam o baixo desempenho/desmotivação/tédio/deserção dos alunos nas escolas de educação media e destas nas de educação superior. A inadequada e insuficiente formação dos futuros docentes afeta, especialmente, àquelas grandes maiorias de pobres para as quais o acesso às escolas fundamentais é a única oportunidade de aprender algo útil para melhorar seu futuro desempenho na vida e no trabalho. Esta grande oportunidade de estimular a criatividade, desenvolver as potencialidades latentes e abrir futuras possibilidades de desenvolvimento a todos os cidadãos de cada país, não pode continuar sendo desperdiçada nem sequer adiada, pois em tal caso será muito difícil, para não dizer impossível, recuperá-la no futuro. É por este motivo adicional que as faculdades de pedagogia/educação devem outorgar especial ênfase e importância a uma adequada formação dos futuros professores das escolas fundamentais. Porque devido a baixa qualidade imperante

nesta etapa de ensino, são muitas as crianças que, ao completarem os 4 anos iniciais das escolas fundamentais as abandonam porque não encontram motivação nem estímulo para continuar estudando. As abandonam, sem ter adquirido suficientes conhecimentos, auto-estima, autoconfiança, formação cívica, desejo de superação, disciplina nem motivação para o trabalho. Abandonam as escolas passivos, apáticos e sem iniciativas; e com estas fragilidades são potenciais candidatos ao fracasso, ao desemprego, aos vícios e à criminalidade.

A urgência requer uma eficaz medida de caráter emergencial

3º Obstáculo. No entanto, não podemos esperar até que as faculdades de educação/pedagogia formem esta nova geração de docentes porque a situação é realmente dramática e exige medidas talvez menos perfeitas, porém mais imediatas. Nas próprias escolas fundamentais os professores deveriam ter reais oportunidades de capacitação e auto-capacitação (de curta duração, eminentemente práticos e participativos); de modo que, depois de capacitados, os próprios professores do ensino fundamental possam ser os protagonistas da correção ou eliminação das ineficiências que atualmente cometem com maior frequência. Na América Latina ainda temos um elevado percentual de alunos que, depois de concluir os primeiros 4 anos da educação fundamental, nem sequer sabem ler e escrever, e quando aparentemente lêem não conseguem interpretar o que estão lendo; tampouco conseguem efetuar corretamente as 4 operações aritméticas e muito menos quando estas incluem cálculos com frações ordinárias. Esse baixíssimo aproveitamento educativo demonstra que muitos professores das escolas fundamentais ainda possuem debilidades primárias e elementares em seu desempenho docente; as quais, consequentemente requerem correções igualmente primárias e elementares que não justificam longos, teóricos e caros cursos convencionais de pós-graduação. A adoção destas medidas pragmáticas de capacitação e/ou auto-capacitação permitiria um imediato melhoramento no desempenho dos professores nas salas de aula, sem necessidade de afastá-los de seus postos de trabalho por longos períodos.

Implantar a meritocracia e não capitular diante dos “caciques”

4º Obstáculo. A nefasta interferência político-partidária e sindical na formulação das políticas educativas e particularmente na designação/nomeação dos professores e diretores das faculdades de educação e escolas fundamentais. Devido aos danos que produzem tais interferências, estas decisões jamais deveriam ser influenciadas pelos "caciques" políticos e sindicais. Antes de assumir seus cargos os diretores das mencionadas faculdades e escolas fundamentais, deveriam receber um treinamento prático de pré-serviço e fazer um estágio em alguma escola reconhecida pela excelência de sua administração e dos resultados educativos

obtidos. Este estágio lhes permitiria aprender o que e como deverão fazer para melhorar o rendimento educativo da escola que terão a responsabilidade de dirigir. Na educação, que é o mais importante e estratégico setor para o desenvolvimento de qualquer país, o império da meritocracia deveria ser um valor inegociável. Uma instituição e uma função tão nobre como é a educação necessita ser "blindada" contra estas interferências perniciosas.

5º Obstáculo. A inexistência de estímulos salariais aos melhores professores. Os docentes deveriam ser regularmente supervisionados e avaliados, dentro das salas de aula. As eventuais falhas e debilidades deveriam ser imediatamente corrigidas pelos avaliados sob a orientação dos avaliadores. No futuro as instituições educativas deveriam ter flexibilidade para pagar salários diferenciados em função dos resultados das supervisões e avaliações recém mencionadas. Pagar o mesmo salário ao melhor e ao pior professor significa castigar os mais eficientes/competentes e premiar os mais ineficientes/incompetentes; e com tal “democracia” abrir o caminho para que nas escolas se instale e perpetue a apatia, a desmotivação e a mediocridade.

6º Obstáculo. Todas as escolas deveriam ter um currículo com conteúdos mínimos, com objetivos de aprendizagem claros e precisos, com exigências rígidas para seu cumprimento. Também deveriam contar com livros de apoio didático; estes deveriam ser elaborados por educadores experientes e pragmáticos, que saibam distinguir o que é essencial e o que é secundário para ser incluído nos referidos livros. É necessário que cada professor receba uma clara orientação superior sobre o que e como deverá ensinar, para evitar que tais decisões sejam baseadas apenas no seu critério pessoal.

7º Obstáculo. A evidente inadequação dos conteúdos curriculares. Os currículos das faculdades de educação e das escolas fundamentais incluem muitos conteúdos irrelevantes e ou desatualizados que deverão ser substituídos por outros que sejam de real necessidade, importância e aplicabilidade para: as etapas posteriores de estudos, para a vida e para o trabalho da maioria dos alunos.

Para aprender mais e melhor é necessário ensinar mais e melhor

8º Obstáculo. A excessiva generosidade na formulação e especialmente no cumprimento do calendário escolar. Se existe consenso de que na era do conhecimento todos os cidadãos necessitam aprender mais e melhor, o primeiro e mais importante requisito é que no sistema de educação os professores ensinem mais e melhor e os alunos aprendam mais e melhor. Esta

premissa nos leva à seguinte reflexão: se a grande maioria dos cidadãos tem que trabalhar 11 meses ao ano e 8 horas ao dia, por que nas escolas temos, em média, apenas 8 meses de aulas ao ano e 4 horas ao dia; especialmente se consideramos que nesses 8 meses temos frequente absenteísmo de professores, feriados, pré-feriados, pós-feriados e greves de docentes, funcionários ou estudantes? Com esta permissividade, os teóricos 200/180 dias do calendário escolar em muitos casos acabam por transformar-se em 160/140. Enquanto um país como a Coréia do Sul, que encarou com seriedade e objetividade o desafio de melhorar sua educação, exige 220 dias letivos e com jornadas diárias de estudos, dentro e fora das salas de aula, que chegam a 12 horas por dia.

É necessário premiar e reconhecer os melhores professores

9º Obstáculo. Os professores eficientes não são valorizados por desempenho e resultados educativos. É recomendável criar estímulos/prêmios, monetários ou de reconhecimentos públicos, para estimular a todos os professores de cada país a que atuem como protagonistas/sujeitos das inovações e melhoramentos na educação. É necessário adotar medidas e estímulos que contribuam a substituir a "vitimização", a omissão e os protestos dos professores, não apenas por propostas, mas especialmente pelo seu efetivo engajamento e protagonismo na introdução de medidas “eficientizadoras” concretas dentro das salas de aula e das suas próprias escolas. Atualmente os esforços e conquistas pessoais dos melhores professores não são reconhecidos nem premiados; em termos salariais, tanto faz ser ótimo ou ser péssimo como professor. Com este propósito de valorização, em vez de continuar premiando os pseudo ídolos do futebol, das telenovelas, dos desfiles de modas, do Big Brother Brasil e dos novos ricos que aparecem na Revista “Caras” e outras similares, deveríamos premiar e reconhecer os verdadeiros ídolos e heróis do mundo moderno, que são aqueles competentes, dedicados e anônimos professores que existem no Brasil e em todos os países de América Latina.

10º Obstáculo. Inexistência de medidas de valorização da profissão docente. Tal valorização deveria iniciar atraindo para ingressar às faculdades de educação/pedagogia os melhores egressos da educação secundária e estabelecendo critérios muito rigorosos para selecionar os candidatos com maiores potencialidades para o magistério (com ênfase no domínio do idioma, matemática, comunicação fluente e inteligível, desejo e interesse de continuar estudando e aperfeiçoando-se, e especialmente, vocação e vontade de ser docente). Na Coréia do Sul só podem candidatar-se às escolas formadoras de professores os 5% melhores alunos da secundária, na Finlândia os 10% e em Singapura os 30%. Na América Latina ocorre exatamente o contrário, pois ingressam às carreiras docentes os que obtiveram os últimos lugares no ensino médio. A estratégia mais eficaz para valorizar a profissão docente e pagar-lhes salários justos e estimulantes consiste em selecionar os melhores candidatos às faculdades de educação/pedagogia e nestas oferecer-lhes uma excelente formação. O bom

salário, antiga e legítima reivindicação dos professores, deverá ser consequência do seu excelente desempenho profissional.

Una reflexão final: o efeito deletério da televisão

A adoção destas 10 medidas, de fácil introdução e baixo custo, permitiria um significativo melhoramento na qualidade de nossa educação. No entanto, para que isto ocorra os governos deveriam estabelecer severas normas e restrições aos meios de comunicação, especialmente radio e televisão. Normas que os obriguem a melhorar dramaticamente os conteúdos dos seus programas e das suas enganosas mensagens publicitárias, que estão anulando/destruindo o pouco que as escolas e os pais estão ensinando aos seus filhos. É simplesmente inaceitável que os poderosíssimos meios de comunicação (cujo funcionamento depende de prévia concessão/autorização governamental) não sejam aproveitados/utilizados para difundir e estimular a adoção de atitudes, comportamentos, princípios e valores (de honestidade, integridade, honradez, amor ao trabalho, cooperação e solidariedade, cumprimento de deveres como cidadãos, respeito ao próximo e aos seus direitos, etc.), além de recomendações sobre higiene, alimentação, prevenção de doenças, primeiros socorros, etc. Também é inaceitável que continuemos tolerando que estes meios de comunicação, com a angelical desculpa do “sagrado direito à liberdade de expressão”, continuem "deseducando" e idiotizando os ouvintes e telespectadores com mensagens de consumismo, individualismo e egoísmo, violência, banalidades, mediocridades e trivialidades, ostentação e vaidade, incitação aos vícios e idolatria a pseudo ídolos. Especialmente se considerarmos que poderiam e deveriam difundir, com baixos custos e alta eficácia/eficiência, o mais imprescindível insumo do mundo moderno que é o conhecimento útil, cuja insuficiência é a principal responsável pelos problemas, sofrimentos e angústias da maioria dos latino-americanos. No Brasil, por exemplo, as crianças assistem péssimos programas de TV, em média, durante 5 horas por dia; isto significa que dedicam mais tempo a “deseducar-se” na televisão do que a educar-se nas 4 horas que permanecem nas escolas; muito provavelmente algo similar ocorre em quase todos os demais países latino-americanos. Com tal inversão e destruição de valores é triste e tenebroso o futuro do nosso Brasil e da nossa América Latina.

Através dos e-mails Polan.Lacki@onda.com.br telefones (41) 3243-2366 celular 9602-1239 e manuelzepedaster@gmail.com telefones (52-492) 9246147 (CRUCEN da Universidad Autónoma Chapingo - México) celular (52-492) 544-4852, os autores do artigo receberão com especial beneplácito críticas ao seu conteúdo.

Fonte: AGROLINK